



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A C A T A R I N A V A Z P I N T O

PROPOSTA N.º 271/2019

Aprovar as bases para a cooperação no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a respetiva minuta de Protocolo de Cooperação e transferência de verba, bem como submeter à autorização da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção dos encargos plurianuais, nos termos da proposta

Pelouro: Cultura

Serviço: Direção Municipal de Cultura

Considerando que:

As Grandes Opções do Plano do Município de Lisboa para o quadriénio 2019-2022 preveem, na medida 14 do Eixo D (Afirmar Lisboa como Cidade Global), «*Continuar o investimento na cultura, no património material e imaterial, na criatividade artística, de modo a fomentar o diálogo permanente entre passado, presente e futuro, bem como a criação e reinvenção da identidade coletiva e a construção dos sentidos de pertença.*»;

Nos termos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, o Município de Lisboa promove e salvaguarda os interesses próprios da respetiva população no domínio do património e da cultura, sendo que compete à Câmara Municipal de Lisboa assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do município e apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o município;

No quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da Cultura, o Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, atribui às câmaras municipais competências para promover, apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património cultural, promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural e articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam objetivos afins na área do município;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A C A T A R I N A V A Z P I N T O

À Direção Municipal de Cultura compete, nos termos do Ajustamento à Orgânica dos Serviços Municipais, Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível, do Município de Lisboa, publicado na II.ª Série do Diário da República n.º 169, de 3 de setembro de 2018 através do Despacho n.º 8499/2018, coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e ações, designadamente, para salvaguarda e valorização do património cultural e promoção e internacionalização da cultura da cidade de Lisboa;

A história da cidade de Lisboa, para além das diversas personalidades que contribuíram para a sua riqueza e diversidade, possui em Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e ministro plenipotenciário do Rei D. José I, uma figura incontornável e inquestionável da respetiva história e, por esse motivo, o Município de Lisboa não poderia deixar de estar associado como mecenas promotor de um Projeto que procura executar a investigação científica sistematizada da obra completa tendo por desiderato a respetiva edição e fruição pública;

A personalidade e a obra do Marquês de Pombal permanecem algo enigmáticas, desconhecidas e pouco divulgadas, seja junto dos munícipes como daqueles que visitam a cidade de Lisboa, em parte, por serem escassos ou contraditórios os estudos feitos em Portugal sobre a respetiva obra;

A obra do Marquês de Pombal, eminentemente constituída por manuscritos e impressos, muitos deles inéditos, merece, em virtude da sua importância histórica, política, filosófica, pedagógica, jurídica, religiosa, urbanística e artística, não só para a cidade de Lisboa como para a formação do Estado contemporâneo nacional, uma edição global devidamente enquadrada e criticamente anotada precedida por um trabalho rigoroso de pesquisa, investigação e estudo que culminará na edição da sua obra completa;

A esmagadora maioria destes escritos e impressos encontra-se dispersa um pouco por todo o mundo, por terem sido deslocalizados para o estrangeiro ao longo dos séculos;

O projeto de investigação incidirá igualmente sobre obras de outros autores, cuja orientação científica é atribuída ao próprio Marquês de Pombal: *Relação Abreviada* (1757), *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) e o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A C A T A R I N A V A Z P I N T O

A direção do projeto de investigação caberá aos Professores Doutores José Eduardo Franco – autor do projeto científico de investigação -, Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques, que irão coordenar os trabalhos de investigação protagonizados por um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores altamente qualificados;

São parceiros neste Projeto, para além do Município de Lisboa, a Fundação Millennium BCP, a Fundação Marquês de Pombal e o Município de Oeiras que assumem igualmente a qualidade de mecenas promotores, imprescindível para o início e desenvolvimento dos trabalhos;

O Projeto contará, ainda, com o apoio de diversas Universidades, Centros de Investigação, bibliotecas e arquivos nacionais e internacionais;

A gestão financeira e operacional do Projeto será desempenhada pelo Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, secretariando a relação com as entidades parceiras, visando concretizar a edição da obra completa pombalina, anotada criticamente e comentada, de forma a torná-la acessível ao grande público de língua portuguesa em todo o mundo lusófono;

O orçamento para o início e desenvolvimento do Projeto ao longo dos cinco anos de duração do mesmo prevê uma contribuição financeira a prestar pelo Município de Lisboa de € 50.000 (cinquenta mil euros) em cada ano, pelo que a assunção dos encargos plurianuais terá de ser, nos termos da lei, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa por não estar abrangida pela autorização genérica prévia à assunção de compromissos plurianuais conferida à Câmara Municipal de Lisboa através da Deliberação n.º 548/AML/2018, de 20 de dezembro (Proposta n.º 718/CM/2018 com as alterações introduzidas pela Proposta 718-A/CM/2018), publicada no 6.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1297, de 27 de dezembro de 2018;

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugado com as alíneas o), t) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações em vigor, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A C A T A R I N A V A Z P I N T O

- 1) Aprovar as bases para a cooperação no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a minuta de Protocolo de Cooperação destinada a formalizar essa cooperação, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
- 2) Aprovar a transferência de verba para o ano de 2019 no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) tal como previsto no referido protocolo;
- 3) Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa:
 - a) A prévia autorização da repartição dos encargos, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos números 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com o apoio financeiro no âmbito do Protocolo Quadro de Cooperação relativo ao projeto da Obra Completa Pombalina, totalizando a quantia global de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), para os seguintes anos económicos:

| Anos | Valor do apoio financeiro |
|--------------|---------------------------|
| 2019 | 50.000,00 € |
| 2020 | 50.000,00 € |
| 2021 | 50.000,00 € |
| 2022 | 50.000,00 € |
| 2023 | 50.000,00 € |
| Total | 250.000,00 € |

- b) A assunção de compromissos plurianuais, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º, e na alínea c), do número 1, do artigo 6.º, ambos da Lei



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A C A T A R I N A V A Z P I N T O

n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

A despesa prevista para 2019 tem cabimento na Ação do Plano D2.P003.06 (40374) da rubrica económica 04.07.01 da Orgânica S21.00 do orçamento em vigor.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2019

A Vereadora da Cultura e Relações Internacionais

Catarina Vaz Pinto

Os Vereadores do CDS

João Gonçalves Pereira

Nuno Correia da Silva

Nuno Rocha Correia

Ana Rita Constela

**Protocolo Quadro de Cooperação relativo ao Projeto “Obra Completa
Pombalina”**

Considerando:

1. Que a profunda influência que Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, como ministro fundamental do rei D. José, teve um impacto significativo no curso da história portuguesa e internacional do século XVIII e que a inexistência da sua obra completa representa uma lacuna que obstaculiza fortemente as investigações históricas em diferentes áreas, sobre este período histórico em Portugal, a mentalidade iluminista e a formação do contemporâneo Estado nacional;
2. Que um grupo de instituições públicas e privadas de diferentes domínios reconhecem no presente projeto mérito e excelência e manifestam o seu desejo de se associar como promotoras de um projeto de investigação científica e editorial em larga escala;
3. Que o Ministério da Cultura emitiu uma declaração de interesse cultural do projeto em causa, datada de 8 de agosto de 2017, para efeitos de Mecenato Cultural e respetivos benefícios fiscais;
4. Que os Municípios de Lisboa e Oeiras reconhecem no Marquês de Pombal, por diferentes razões, uma figura incontornável e inquestionável da respetiva história e, por esse motivo, não poderiam deixar de estar associados como contraentes originários de um projeto que procura executar a investigação científica sistematizada da obra completa tendo por desiderato a respetiva edição e fruição pública;
5. Que a Fundação Marquês de Pombal promoveu de forma ativa e decisiva a congregação de esforços para a concretização de um projeto de relevo na

- cultura portuguesa e internacional;
6. Que a Fundação Millennium BCP acolheu o presente projeto e contribuiu de forma decisiva para a criação de sinergias institucionais com vista à sua viabilização e prossecução;
 7. Que a coordenação científica fica sob a responsabilidade da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização sediada na Universidade Aberta sob a tutela do seu Reitor;
 8. Que o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes assume a gestão financeira, secretariando a relação com as entidades parceiras, visando concretizar a edição da obra completa pombalina, anotada criticamente e comentada, de forma a torná-la acessível ao grande público de língua portuguesa em todo o mundo lusófono;

Entre

Primeiro: Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município 38, 1100-038 Lisboa, através do Órgão Executivo Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado por **Fernando Medina Maciel Almeida Correia**, na qualidade de Presidente que outorga ao abrigo das competências legais próprias adiante designada por **Município de Lisboa**, ou **primeiro contraente**.

Segundo: Município de Oeiras, pessoa coletiva n.º, com sede no Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras, neste ato representada por **Isaltino Afonso Moraes**, na qualidade de Presidente da Câmara ao abrigo de competências próprias, adiante designada por **Município de Oeiras**, ou **segundo contraente**.

Terceiro: Fundação Millennium BCP, pessoa coletiva n.º XX, com sede na Rua Augusta n.º 84, 1100-026 Lisboa, neste ato representada por

_____, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, com poderes para o ato nos termos dos respetivos estatutos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por **FMBCP**, ou **terceiro contraente**.

Quarta: Fundação Marquês de Pombal, pessoa coletiva n.º 502 901 896, com sede na Palácio dos Aciprestes, Avenida Tomaz Ribeiro, n.º 18, 2795-183, Linda-a-Velha, neste ato representada por **Armindo Carlos Cortez de Azevedo**, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por **FMP**, ou **quarta contraente**.

Quinta: Universidade Aberta, pessoa coletiva pública n.º 502 110 660, com sede na Rua da Escola Politécnica, n.º 141-147, 1269-001 Lisboa, neste ato representada por **Paulo Maria Bastos da Silva Dias**, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, na qualidade de Reitor, adiante designada por **UAb**, ou **quinta contraente**.

Sexto: Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, pessoa coletiva n.º 508 483 247, com sede na Praceta João XXI, n.º 17, 1.º Esq. 2775-511 Carcavelos, neste ato representado por **Susana Mourato Alves de Jesus**, portadora do cartão de cidadão n.º 12131609/2ZX8, com a data de validade 19-12-2021, contribuinte fiscal n.º 234 090 618, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por **IECCPMA**, ou **sexto contraente**.

Em conjunto designadas “Partes”

É livremente celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de cooperação (Protocolo), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. Pelo presente Protocolo estabelecem-se as bases para a cooperação entre as instituições acima identificadas no âmbito do projeto de investigação e edição da Obra Completa Pombalina (Obra), composta por todo o acervo escrito por Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, ou a ele atribuído ou escrito sob a sua orientação direta, cuja coordenação geral e gestão é assumida pelo IECCPMA e cuja coordenação científica é da responsabilidade do Professor Doutor José Eduardo Franco, Diretor da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização da Universidade Aberta, contando com a coordenação do Professor Doutor Pedro Calafate e do Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques, nos termos definidos no **Anexo I** ao presente Protocolo e parte integrante do mesmo.
2. O projeto de investigação e edição da Obra (Projeto) terá a duração de 5 (cinco) anos, prazo contado desde o momento da assinatura do presente Protocolo.
3. As Partes contraentes no presente Protocolo, com natureza jurídico privada, serão designadas por mecenas promotores em todos os materiais promocionais e científicos decorrentes do presente Projeto.
4. Designar-se-ão como mecenas associados as entidades de direito privado que venham a integrar o Projeto durante a sua execução, cuja aceitação está dependente da aprovação das Partes contraentes do presente Protocolo.
5. As Partes que revistam a natureza de pessoa coletiva pública ou análoga serão designadas em todos os materiais promocionais e científicos decorrentes do presente Projeto como Parceiros Promotores, quando sejam contraentes do presente Protocolo, e como Parceiros Associados, quando venham a integrar o projeto durante a respetiva execução.
6. É reservada a possibilidade de associação de entidades terceiras que contribuam

para a viabilização financeira e editorial do Projeto, de forma a atingir o orçamento global previsto, mediante a celebração de Protocolos Específicos com a entidade gestora, que definirão as respetivas obrigações, valor da contribuição financeira ou outra, e prazos de execução das prestações.

Cláusula 2.^a

(Direitos de autor)

1. Cabe ao IECCPMA assegurar junto dos investigadores e autores do Projeto a titularidade dos direitos de autor patrimoniais e morais da Obra, nos termos dos artigos 3.º, 9.º e 16.º do Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, incluindo os direitos de edição, para a língua portuguesa e em eventuais traduções, de todos os produtos editoriais resultantes da Obra, objeto do presente Protocolo.
2. Às Partes contraentes não pode ser exigido qualquer montante adicional como contrapartida da transmissão ou cedência dos direitos a que se refere o número anterior.
3. Nos termos do número 1 da presente cláusula, o proveito eventualmente proveniente das vendas dos produtos editoriais do Projeto reverterá para o IECCPMA, sendo consignado à atribuição de bolsas de investigação a jovens investigadores para o aprofundamento e promoção dos estudos sobre a Obra do Marquês de Pombal, no âmbito de uma linha de investigação sobre esta matéria.
4. O processo de atribuição de bolsas está sujeito a concurso público, e será da competência do IECCPMA e do seu Conselho Científico, com a participação de representantes designados pelas Partes como membros de um Conselho Consultivo, cujo parecer é vinculativo.

Cláusula 3.^a

(Orçamentação e Calendarização)

1. O Projeto tem a dotação global de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) englobando todo o trabalho científico relativo à investigação, recolha, cotejamento, transcrição, fixação, revisão e anotação dos textos que formarão a base da Obra e a criação de índices analíticos e glossários, e compreende as seguintes fases:
 - i) A Fase 1 contempla uma dotação inicial de 610.000,00 € (seiscentos e dez mil euros), correspondente ao financiamento assegurado pelas Partes ora contraentes;
 - ii) A Fase 2 relativa ao valor remanescente, computado em 390.000,00 € (trezentos e noventa mil euros), o qual será assegurado através dos mecenas/promotores associados que venham a integrar o Projeto durante a sua execução.
2. Uma vez atingido o valor global de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), a investigação poderá ser ampliada caso a entidade gestora do Projeto, após a recolha e investigação documental, apresente proposta fundamentada nesse sentido e esta venha a merecer a anuência expressa das Partes sob a forma de adenda ao presente Protocolo, uma vez exercidas as competências próprias dos órgãos municipais e estatutários que sejam Partes no presente Acordo.
3. Partindo dos valores de referência de mercado constantes no **Anexo II**, para uma tiragem mínima de 1.000 exemplares por cada edição, os custos editoriais de impressão e publicação, não estão contemplados no orçamento referido no n.º 1 desta cláusula.
4. Caso se revele necessário, os custos editoriais serão definitivamente orçamentados a partir do final do terceiro ano de execução do Projeto, e sujeitos à aprovação expressa de todas as Partes, assumindo a forma de adenda ao presente Protocolo.
5. Os Municípios de Lisboa e Oeiras receberão respetivamente 25 exemplares de cada volume da Obra publicada, cabendo às restantes Partes um exemplar de cada volume por cada 10.000 € (dez mil euros) de contribuição financeira para o Projeto.

6. Qualquer outro material ou iniciativa que possa surgir no decurso do Projeto, designadamente traduções seletas e/ou iniciativas científicas, como congressos e eventos, serão orçamentadas autonomamente e serão submetidas à aprovação das Partes.
7. O prazo de cinco anos de duração do Projeto inicia-se no momento da assinatura do presente Protocolo, na condição de o financiamento necessário para o primeiro ano de trabalhos ser disponibilizado à entidade gestora no prazo de sessenta (60) dias após a respetiva assinatura, de forma a que o plano de trabalhos decorra regularmente de acordo com o orçamento e cronograma definidos no **Anexo I**.
8. O prazo de duração do Projeto previsto no número anterior está sujeito a prorrogação caso haja atraso na transferência de verbas à entidade gestora e essa circunstância atrase os trabalhos previstos de forma significativa, sendo nesse caso o prazo prorrogado na proporção do atraso verificado nas referidas transferências.
9. O prazo de duração do Projeto está igualmente sujeito a prorrogação caso a entidade gestora do Projeto, com o acordo expresso das Partes, considere existirem motivos fundamentados decorrentes da recolha e investigação documental que exijam essa prorrogação, essencial para a sua boa prossecução científica e editorial.
10. Na eventualidade de não estar reunida a dotação para o primeiro ano de trabalhos do Projeto passados 120 (cento e vinte) dias sobre a data de assinatura do presente Protocolo, as Partes definirão, de comum acordo, as medidas corretivas a implementar para viabilizar o Projeto ou, caso não seja possível, a revogação do presente Protocolo, sendo neste caso aplicável o previsto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 12.^a.

Cláusula 4.^a

(Obrigações da entidade gestora do Projeto)

1. O IECCPMA, como entidade gestora do Projeto, assume, a par da gestão financeira do Projeto, a responsabilidade de assegurar a investigação, recolha, cotejamento, transcrição, fixação, revisão e anotação dos textos que formarão a base da Obra e a criação de índices analíticos e glossários, no sentido de garantir a sua produção e publicação, sob a coordenação científica da CIDH-UAb.
2. No âmbito da gestão financeira do Projeto o IECCPMA tem a obrigação de:
 - a) Aplicar e administrar corretamente as contribuições financeiras das Partes, tendo em conta o objeto e finalidades do presente Protocolo, e atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão das mesmas;
 - b) Movimentar a conta bancária destinatária das contribuições financeiras das Partes nos termos dos respetivos Estatutos;
 - c) Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo de cada ano de execução do Projeto e realizar atempadamente todos os pagamentos que sejam devidos a entidades terceiras por força do Projeto, mediante liquidez de tesouraria;
 - d) Respeitar todas as normas legais e regulamentares aplicáveis a todas as atividades, pessoas, materiais e operações envolvidas no Projeto, nomeadamente no que concerne à celebração de contratos de seguro legalmente obrigatórios;
 - e) Cooperar com as Partes no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente Protocolo;
 - f) Apresentar um relatório final e respetivos documentos justificativos da despesa, após a conclusão do Projeto, sem prejuízo do previsto nas alíneas seguintes;
 - g) Prever a realização de auditorias por parte dos serviços competentes das Partes, devendo disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito, bem como organizar e arquivar, autonomamente, a

- documentação justificativa da aplicação das contribuições financeiras concedidas;
- h) Organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos no âmbito deste Projeto, a identificação das receitas e a certificação por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou por Sociedade Revisora de Contas (SROC);
 - i) Prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva, pelos serviços das Partes, nos termos da legislação aplicável;
 - j) Procurar assegurar outras contrapartidas necessárias no âmbito do Projeto, nomeadamente através do Mecenato, ou outras formas que se mostrem adequadas ao regular desenvolvimento do mesmo.
3. Durante o prazo de execução do Projeto, o IECCPMA elaborará relatórios semestrais sobre a execução dos trabalhos definidos no cronograma do **Anexo I**, sem prejuízo da prestação de informação a que está obrigado sempre que isso for requerido por qualquer uma das Partes.
4. No final de cada ano civil, o IECCPMA elaborará um relatório descritivo da atividade realizada nesse ano e das despesas associadas, devidamente documentadas, sinalizando eventuais atrasos no cumprimento do cronograma e apresentar medidas para a sua correção, relatório que terá de ser entregue às Partes até ao final do mês de janeiro seguinte.
5. As Partes deverão apreciar e aprovar o relatório no prazo de dois meses a contar da sua entrega por parte da entidade gestora.

Cláusula 5.ª

(Contribuições financeiras)

1. A primeira prestação da contribuição financeira das Partes identificadas nas Cláusulas 6.ª a 8.ª deverá ser entregue à entidade gestora do projeto no prazo máximo de sessenta (60) dias a contar da assinatura do presente protocolo.

2. As prestações subsequentes serão entregues no 2.º trimestre de cada ano civil, após aprovação do relatório referido no n.º 4 da Cláusula 4.ª.
3. Em caso de força maior não imputável a qualquer uma das Partes, os prazos de cumprimento das obrigações financeiras poderão ser prorrogados mediante comunicação escrita à entidade gestora e restantes Partes.

Cláusula 6.ª

(Obrigações específicas da primeira contraente)

A contribuição financeira global do Município de Lisboa para a concretização do Projeto é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 50.000,00 € (cinquenta mil euros).

Cláusula 7.ª

(Obrigações específicas da segunda contraente)

A contribuição financeira global do Município de Oeiras para a concretização do Projeto é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 50.000,00 € (cinquenta mil euros).

Cláusula 8.ª

(Obrigações específicas da terceira contraente)

A contribuição financeira global da FMBCP para a concretização do Projeto é de 100.000,00 € (cem mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 20.000,00 € (vinte mil euros), das quais as duas primeiras se encontram efetivamente cumpridas ao momento da celebração do presente Protocolo.

Cláusula 9.ª

(Obrigações específicas da quarta contraente)

A contribuição financeira global da FMP para a concretização do Projeto é de 10.000,00 € (dez mil euros), que se encontra efetivamente cumprida ao momento de

celebração do presente Protocolo.

Cláusula 10.ª

(Acompanhamento do Projeto)

1. Com vista ao adequado acompanhamento do Projeto pelas Partes, a entidade gestora deverá prestar informações regulares sobre a evolução do Projeto a cada uma delas através dos respetivos interlocutores, identificados no **Anexo III** ao presente protocolo.
2. As comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, dando-se preferência ao correio eletrónico.
3. As Partes reunirão regularmente e responderão diligentemente às solicitações mútuas, procurando, a todo o tempo, ter um desempenho eficiente, com a integração dos contributos dos parceiros.

Cláusula 11.º

(Presença das Partes)

1. As marcas e ou logótipos das Partes, sujeitos a validação prévia das mesmas, constarão em todas as conferências de imprensa, interações com os média e entrevistas a conceder por membros da equipa técnica, científica e de produção da Obra a órgãos de comunicação social generalistas e especializados.
2. As marcas e ou logótipos das Partes, sujeitos a validação prévia das mesmas, constarão ainda:
 - a) Nos meios de comunicação *online* e *offline*, nos sítios da Internet e nas redes sociais;
 - b) Na ficha técnica dos produtos editoriais do Projeto em todos os suportes e formatos;
 - c) Em todos os materiais impressos de informação, divulgação e promoção da Obra.

3. As Partes comprometem-se durante a vigência do presente Protocolo a divulgar o Projeto nas respectivas páginas eletrônicas, sempre que oportuno.

Cláusula 12.^a

(Formas de extinção)

1. O presente Protocolo pode ser revogado por comum acordo das Partes em qualquer momento da sua vigência.
2. A denúncia deste Protocolo por qualquer uma das Partes deverá ser comunicada às demais mediante um aviso prévio nunca inferior a um ano, não a desobrigando do cumprimento das obrigações assumidas até à produção de efeitos.
3. Caso uma das Partes previstas nas Cláusulas 6.^a a 8.^a não cumpra com as suas obrigações financeiras, perde o estatuto de mecenas/parceiro promotor ao Projeto, não havendo lugar à restituição das contribuições entretanto prestadas, o mesmo se aplicando aos mecenas/parceiros associados.
4. A eventual extinção do Protocolo não implica a devolução às Partes dos montantes previamente transferidos por parte da entidade gestora, desde que estejam devidamente justificados e documentados os gastos por si efetuados e tenham sido aprovados os relatórios a que se refere o n.º 4 da Cláusula 4.^a.
5. Caso haja lugar a devolução por parte da entidade gestora, os montantes não justificados e não documentados serão entregues às Partes na proporção das contribuições efetivamente entregues até à data.

Cláusula 13.^a

(Dúvidas, omissões, litígios e foro competente)

Quaisquer dúvidas ou omissões emergentes do presente acordo, ou das suas alterações ou adendas, nomeadamente quanto à sua interpretação, integração e

aplicação, serão resolvidas por acordo das Partes à luz do princípio da interpretação mais favorável à prossecução do objeto expresso na cláusula primeira e os eventuais litígios não sanáveis pelos contraentes serão decididos, nos termos da lei vigente na matéria, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Celebrado a X de de 2019, em Lisboa, em 6 exemplares de igual valor, ficando um para cada uma das Partes, aceitando estas o seu conteúdo e obrigando-se ao seu total cumprimento, após assinado pelos contraentes das entidades competentes.

Fernando Medina Maciel Almeida Correia

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Isaltino Afonso Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

António Vítor Martins Monteiro

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium BCP

Armindo Carlos Cortez de Azevedo

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Marquês de Pombal

Paulo Maria Bastos da Silva Dias

Reitor da Universidade Aberta

Susana Mourato Alves de Jesus

Presidente da Direção do IECCPMA

Tomam conhecimento os diretores científicos do projeto:

José Eduardo Franco
Universidade Aberta

Viriato Soromenho-Marques
Universidade de Lisboa

Pedro Calafate
Universidade de Lisboa

Anexo I

Projeto de Investigação e Edição da Obra de Marquês de Pombal

Ações e Cronograma de trabalhos

Ver documento anexo

27/19

DIREÇÃO
José Eduardo Franco
Pedro Calafate
Viriato Soromenho-Marques

MARQUÊS DE POMBAL
Obra Completa

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO

32 VOLUMES - CRITICAMENTE ANOTADOS

LISBOA
2019

1. SINOPSE E PERTINÊNCIA DO PROJETO

É bem conhecida a importância histórica do Marquês de Pombal e da sua ação política e diplomática, que o tornou num dos políticos portugueses mais marcantes e de maior projeção internacional. Na verdade, Sebastião José de Carvalho e Melo, diplomata da corte portuguesa junto da corte inglesa e da corte austríaca, e depois “Primeiro-Ministro” de D. José I, legou à posteridade uma vasta obra por ele escrita ou por ele diretamente inspirada.

Esta obra, constituída por manuscritos e impressos, alguns deles inéditos, encontra-se ainda hoje dispersa e mal conhecida, mas merece, em virtude do seu significado histórico, político, filosófico, pedagógico, jurídico, religioso, urbanístico e artístico, uma edição global devidamente enquadrada e criticamente anotada. A preparação da edição da obra completa deste homem que foi uma das maiores figuras políticas de Portugal e da Europa das Luzes será certamente um marco cultural de relevo, bem como abrirá caminho para um conhecimento mais aprofundado da vida, do pensamento e da ação deste político controverso. A viabilização deste projeto de investigação e edição preencherá, sem dúvida, um vazio grave da nossa cultura, que especialistas e interessados no período pombalino identificam recorrentemente e cuja urgência em colmatar reivindicam há muitos anos.

A inexistência da edição da *Obra Completa Pombalina* constitui, de facto, uma tripla falha cultural que obstaculiza fortemente as investigações históricas, em diferentes áreas, sobre o século XVIII português. Com efeito:

1. Constitui-se como a mais grave lacuna no campo da investigação sobre as coordenadas culturais do século XVIII português;

2. Contribui para uma profunda insuficiência no estudo da mentalidade iluminista portuguesa;

3. Concorre para uma profunda insuficiência no levantamento das condições conjunturais da formação do Estado contemporâneo nacional.

Concomitantemente, por carência da compilação da totalidade da obra do Marquês de Pombal, tem-se tradicionalmente absolutizado um conjunto contraditório de interpretações sobre o real papel deste ministro do reino nas profundas transformações políticas, económicas, pedagógicas e de costumes que varreram Portugal na segunda metade do século XVIII. Tal contribuiu fortemente para a consolidação, no imaginário histórico português, do “mito” do Marquês de Pombal, que a copiosa bibliografia passiva adorna positiva e negativamente, num balancear que apenas novas investigações, fundadas na futura obra completa publicada do Marquês de Pombal, poderão superar, estatuidando o real e legítimo papel da ação do Marquês na evolução histórica de Portugal.

Deste modo, a publicação da sua obra completa tenderá, gradualmente, a esvaziar o mito do Marquês de Pombal, reduzindo a sua ação a um plano historiograficamente real.

Assim, a publicação da obra completa da pena única do Marquês de Pombal, juntamente com obras por si orientadas no quadro dos 27 anos do seu consulado governativo, não só se evidencia como um importante e urgente imperativo científico e cultural, como intenta resgatar



uma verdadeira omissão histórico-cultural da historiografia portuguesa. Tendo esta usado o primeiro centenário da morte do Marquês, em 1882, como fonte de propaganda republicana, acentuando o carácter divisório da sua imagem mítica, e o segundo centenário, em 1982, como balanço académico-analítico da sua obra, foi, no entanto, incapaz de promover o que a sua imagem verdadeiramente exigia – a publicação das suas obras escritas –, de modo a esvaziar o “mito” e a deixar emergir a história.

2. OBJETIVOS

Pretende-se com este projeto:

- Fazer o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada;
- Preparar uma edição criticamente anotada e atualizada de toda a obra recenseada;
- Promover a renovação dos estudos pombalinos envolvendo na sua preparação um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores, em que jovens e promissores investigadores possam integrar equipas coordenadas e supervisionadas por investigadores academicamente reconhecidos, proporcionando-lhes uma experiência profissional na área da investigação e permitindo-lhes realizar formação pós-graduada;
- Contribuir para um conhecimento mais aprofundado da vida e da obra do Marquês de Pombal por meio de uma abordagem interdisciplinar e de uma compreensão global, para além das visões parciais motivadas pelas paixões polémicas que ora desvalorizaram grandemente, ora supervalorizaram o significado da sua ação.

3. RECURSOS HUMANOS

Este projeto contará com recursos humanos vários, tendo por base um trabalho em rede:

- A direção do projeto caberá a José Eduardo Franco, coadjuvado por Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques;
- A investigação será atribuída a um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores altamente qualificados;
- As coordenações científicas, a coordenação da pesquisa documental, do trabalho de transcrição paleográfica e da edição textual, a supervisão e revisão linguística e as traduções, serão da responsabilidade de um grupo especializado.

4. PARCERIAS

O Projeto conta com o impulso e colaboração dos Municípios de Lisboa e Oeiras, da Fundação Millennium BCP e da Fundação Marquês de Pombal na qualidade de mecenas promotores, cujo contributo é imprescindível para o início e desenvolvimento dos trabalhos. Contará, ainda, com o apoio de diversas Universidades, Centros de Investigação, bibliotecas e arquivos nacionais e internacionais.

5. TEMPO E LOCAIS DE REALIZAÇÃO

Este projeto desenvolver-se-á ao longo de 5 anos – com início na data em que esteja reunido o financiamento para o 1.º ano de atividades –, cumprindo-se em cada ano as etapas e os objetivos conducentes à sua cabal concretização.

6. EXECUÇÃO DO PROJETO

Este projeto será levado a cabo por um equipa interdisciplinar apoiada por um conjunto de consultores científicos prestigiados a nível nacional e internacional.

PRIMEIRA FASE:

Identificação, levantamento e consulta da bibliografia passiva, de forma a constituir uma base de dados da bibliografia ativa, manuscrita (autógrafos e apógrafos) e impressa, tendo em conta originais e cópias, identificada nos estudos e investigações realizados anteriormente.

Complementar a base de dados realizada na fase anterior com a pesquisa de novos documentos em várias bibliotecas e arquivos portugueses e estrangeiros, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca do Congresso dos EUA, nos Arquivos Secretos do Vaticano, na Biblioteca Nacional de Roma, na British Library, na Biblioteca Nacional de Espanha, no Arquivo Histórico Nacional de Luanda, na Biblioteca do Instituto Histórico

e Geográfico do Rio de Janeiro, na Biblioteca e Arquivo Público do Pará e na Biblioteca e Arquivo Público de São Luís do Maranhão. Este trabalho de levantamento exaustivo será seguido pelo início do processo de estudo e transcrição paleográfica, fixação linguística, revisão científica, tradução técnica e a elaboração dos primeiros ensaios de anotação crítica.

SEGUNDA FASE:

Leitura paleográfica, identificação, classificação e transcrição dos documentos-fonte, seguida do trabalho de fixação textual, anotação crítica, revisão científica, tradução (de textos em latim e noutras línguas) e preparação pré-editorial.

Anotação do *corpus* documental, que será ordenado em 10 áreas temáticas (tomos), distribuídas por 32 volumes, a saber:

1. Obra historiográfica, 7 volumes.
2. Obra política, 2 volumes.
3. Obra apologética, 2 volumes.
4. Obra pedagógica, 3 volumes.
5. Obra jurídico-legal, 5 volumes.
6. Escritos económicos, 1 volume.
7. Escritos administrativos (oficiais e particulares), 3 volumes.
8. Correspondência (oficial e particular), 5 volumes.
9. Escritos de teor artístico e urbanístico, 2 volumes.
10. *Varia*, 2 volumes.



CADA VOLUME SERÁ CONSTITUÍDO POR DUAS PARTES:

1. Estudo introdutório da responsabilidade de um ou mais membros da equipa de investigação de acordo com cada área da especialidade;
2. Corpus textual criticamente anotado.

7. PRODUTOS

Em termos de resultados, são pretendidos os seguintes produtos:

- Edição impressa da obra completa, em 32 volumes;
- DVD apenso ao último volume, com uma seleção documental digitalizada;
- Base de dados, em linha e em acesso aberto, com a documentação reunida mais relevante.

8. DESTINATÁRIOS

Este projeto destina-se a leitores do mundo lusófono e aos interessados na história e cultura portuguesas de outros universos linguísticos, dando resposta quer a exigências científicas, quer académicas, quer, ainda, culturais.

9. ESTADO DA ARTE

A obra escrita do Marquês de Pombal tem sido alvo de uma atenção pouco sistemática pela historiografia portuguesa em geral, que se tem socorrido essencialmente de fontes indiretas para

o estudo desta figura marcante e do seu contexto histórico. Tal pode ser constatado, entre outros aspetos, pelo facto de a última edição de maior fôlego das suas *Cartas e Obras Selectas* (publicadas na Tipografia E. J. C. Sanches, de Lisboa) ter acontecido entre 1848 e 1849 – há 150 anos. Acresce que os dois volumes publicados naquela data constituem uma síntese dos cinco volumes editados entre 1823 e 1833, por autor anónimo, na Tipografia de Desidério Marques Leão, também de Lisboa. Estas publicações encontram-se compreensivelmente desatualizadas, face aos atuais critérios de edição de fontes históricas, e a sua organização carece de coerência tipológica (misturando correspondência pessoal do Marquês com a de Estado, avisos regimentais com discursos políticos, elogios históricos com alvarás públicos).

Além de pequenas edições parciais, sem valor académico de monta, com exceção do livro *O Marquês de Pombal. Alguns Documentos Inéditos*, de Júlio Biker, editado em 1882, apenas em 1916 a obra do Marquês de Pombal é de novo publicada, por José Manoel de Noronha, restrita, contudo, à correspondência de apenas quatro anos (1777-1780) do período da decadência, justamente o período de maior inatividade política do Marquês de Pombal, a partir da morte de D. José I (1777). O vazio editorial foi preenchido por publicação avulsa, não raro fundada em critérios amadores ou de propaganda, muitas vezes em jornais políticos, de cartas e pequenos escritos isolados do Marquês de Pombal, sem aparato crítico e dotada de breves introduções.

Nos últimos 20/30 anos, foram publicadas outras obras, nomeadamente, pela Universidade de Coimbra, *O Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, em 1972, e, por José Barreto, em 1986, nas edições da Biblioteca Nacional, os *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*; em 1999, António Lopes, S.J., na editora Principia, publicou o livro *O Marquês de Pombal*

e a Companhia de Jesus. *Correspondência Inédita ao longo de 115 Cartas (1743 -1751)*; Charles Boxer publicou, na Academia das Ciências de Lisboa, em três volumes, datados de 1979, 1980 e 1983, *Descriptive List of the State Papers of Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, contendo materiais abrangendo a permanência de Pombal em Londres como embaixador.

Ademais, poder-se-á afirmar que, para além do vazio historiográfico, marcado pela ausência de uma edição rigorosa da obra completa do Marquês de Pombal, os critérios para publicação de inéditos têm sido sempre individuais e conjunturais. Na verdade, um especialista em sociologia económica faz publicar escritos económicos, um jesuíta faz publicar cartas amáveis do “primeiro” Marquês de Pombal aos jesuítas, a Universidade de Coimbra publica o *Compêndio Histórico* em comemoração dos duzentos anos da primeira edição desta obra.

É intenção do projeto ora proposto, estabelecido em critérios de identificação sistemática de fontes, de leituras paleográficas de raiz e normas de transcrição textuais prévia e rigorosamente definidas coadunadas com os objetivos da edição e o público-alvo, bem como com a relevância e tipologia dos documentos, apresentar a obra completa do Marquês de Pombal numa edição universal, isto é, a edição de todos os documentos identificados, e estrutural, isto é, uma obra de referência.

Assim, porque intentamos uma edição com estas características, incluiremos nos respetivos volumes três livros que, não tendo sido escritos pelo Marquês de Pombal, foram por si orientados, um dos quais emendado e acrescentado pelo seu próprio punho, ainda que da autoria de José Seabra da Silva: *Relação Abreviada* (1757); *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768); *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771).

Inicialmente, e no âmbito do elenco dos documentos pombalinos, ter-se-á em conta trabalhos preliminares importantes que listam obras do Marquês de Pombal. No entanto, e com o propósito de identificar de forma exhaustiva todos os documentos pombalinos, as informações constantes das obras referidas serão naturalmente complementadas com as necessárias pesquisas em bibliotecas e arquivos estrangeiros (nomeadamente em Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Brasil) e portugueses ainda não explorados (como, por exemplo, o arquivo do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, ou arquivos municipais e particulares na cidades de Lisboa e Pombal).



10. CRONOGRAMA E ORÇAMENTO

FASE 1: PRIMEIROS 3 ANOS

Ano 1

| TAREFAS | ORÇAMENTO | |
|--|--|----------|
| Recrutamento e formação de investigadores (linguistas, paleógrafos, latinistas, cientistas literários, historiadores, etc.) para a constituição da equipa permanente de trabalho científico e técnico; | RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores | €145.000 |
| Formalização do Conselho Científico internacional; | | |
| Identificação da bibliografia ativa e passiva para constituição de uma base de dados da bibliografia pombalina; | MISSÕES | €35.000 |
| Consulta de bibliografia passiva para identificação de bibliografia ativa identificada por estudos e pesquisas anteriores; | | |
| Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (Espanha, França, Itália, Áustria, Inglaterra); | FORMAÇÃO da equipa de investigação | €3.000 |
| Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual; | EQUIPAMENTO e material de secretariado | €15.000 |
| Transcrição, fixação e revisão dos textos; | | |
| Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação) | BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES | €2.000 |
| TOTAL | €200.000 | |

Ano 2

| TAREFAS | ORÇAMENTO | |
|---|--|----------|
| Consulta de bibliografia passiva para identificação de bibliografia ativa identificada por estudos e pesquisas anteriores; | RECURSOS HUMANOS | |
| Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (EUA, Brasil, México, Argentina); | Investigadores, coordenadores, consultores | €145.000 |
| Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual; | MISSÕES | €45.000 |
| Transcrição, fixação e revisão dos textos; | | |
| Realização de traduções técnicas; | FORMAÇÃO | |
| Anotação crítica de 5 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume; | da equipa de investigação | €3.000 |
| Preparação dos 5 volumes para edição; | EQUIPAMENTO | |
| Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação) | e material de secretariado | €5.000 |
| | BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES | €2.000 |
| TOTAL | €200.000 | |



Ano 3

| TAREFAS | ORÇAMENTO | |
|--|--|----------|
| Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (PALOP, Índia, Macau); | RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores | €163.000 |
| Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual; | MISSÕES | €35.000 |
| Transcrição, fixação e revisão dos textos; | FORMAÇÃO da equipa de investigação | €3.000 |
| Realização de traduções técnicas; | | |
| Anotação crítica de 8 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume; | | |
| Preparação dos 8 volumes para edição; | EQUIPAMENTO e material de secretariado | €5.000 |
| Elaboração de um spot sobre a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, vida e obra; | BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES | €2.000 |
| Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação) | SPOT | €2.000 |
| TOTAL | €210.000 | |

FASE 2: ÚLTIMOS 2 ANOS

Ano 4

| TAREFAS | ORÇAMENTO | |
|--|--|----------|
| Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (Rússia, Alemanha, Polónia); | RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores | €166.000 |
| Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual; Transcrição, fixação e revisão dos textos; | MISSÕES | €27.000 |
| Realização de traduções técnicas; Anotação crítica de 9 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume; | FORMAÇÃO da equipa de investigação | €3.000 |
| Preparação dos 9 volumes para edição; Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação) | EQUIPAMENTO e material de secretariado | €2.000 |
| | BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES | €2.000 |
| TOTAL | €200.000 | |

11. ORGANIGRAMA

DIRIÇÃO

José Eduardo Franco

Pedro Calafate

Viriato Soromenho-Marques

COMISSÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL¹

Adelino Cardoso (Universidade Nova de Lisboa)

Alejandra Vidal (Universidade de Buenos Aires)

Ana Cristina Araújo (Universidade de Coimbra)

Ana Leal de Faria (Universidade de Lisboa)

Ângela Domingues (Universidade Nova de Lisboa)

Annabela Rita (Universidade de Lisboa)

António Braz Teixeira (Universidade Autónoma de Lisboa)

António Casto Henriques (Universidade do Porto)

António Costa Canas (Escola Naval)

António Trigueiros (Universidade de Lisboa)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Arno Alvarez Kern (Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre)

Arno Whelling (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

Artur Anselmo (Universidade Nova de Lisboa)

Bernard Vincent (Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris)

Bruno Cardoso Reis (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

Bruno M. Carvalho (Universidade de Harvard)

Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

Carlos Zeron (Universidade de São Paulo)

Célia Cristina Tavares (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Christine Vogel (Universidade de Vechta)

Cristina Trindade (Universidade da Madeira)

Décio Martins (Universidade de Coimbra)

1. Esta comissão será completada com o decorrer do projeto e com contactos internacionais que se desenvolverão no decurso da pesquisa.



| | |
|---|--|
| Eduardo Lourenço (Fundação Calouste Gulbenkian) | Karl Arenz (Universidade de Belém do Pará) |
| Eduardo Vera Cruz (Universidade de Lisboa) | Kenneth Maxwell (Universidade de Stanford) |
| Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa) | Laurinda Abreu (Universidade de Évora) |
| Fernando Cristóvão (Universidade de Lisboa) | Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro) |
| Fernando Machado (Universidade do Minho) | Luiz Eduardo Menezes de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) |
| Gerardo Ramírez Vidal (Universidade do México) | Manuel Curado (Universidade do Minho) |
| Glória de Santana Paula (Universidade de Lisboa) | Manuel Ferreira Patrício (Universidade de Évora) |
| Guilherme d'Oliveira Martins (Fundação Calouste Gulbenkian) | Margarida Miranda (Universidade de Coimbra) |
| Íris Kantor (Universidade de São Paulo) | Margarida Seixas (Universidade de Lisboa) |
| Isabel Drumond Braga (Universidade de Lisboa) | Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra) |
| Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago) | Mariagrazia Russo (Universidade de Roma) |
| João Luís Cardoso (Universidade Aberta) | Micaela Ramon (Universidade do Minho) |
| João Vieira Caldas (Universidade de Lisboa) | Norberto Dallabrida (Universidade Estadual de Santa Catarina) |
| José António Falcão (Ministério da Cultura) | Onésimo Teotónio de Almeida (Universidade de Brown) |
| José Antonio Ferrer Benimeli (Universidade de Saragoça) | Paulo de Assunção (Universidade de Maringá) |
| José Carlos Miranda (Universidade Católica Portuguesa) | Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto) |
| José Carlos Seabra Pereira (Universidade de Coimbra) | Pedro Barbas Homem (Universidade de Lisboa) |
| José Esteves Pereira (Universidade Nova de Lisboa) | Pedro Silva Pereira (Universidade de Coimbra) |
| José Ignacio Ruiz Rodríguez (Universidade de Alcalá de Henares) | Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris) |
| José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra) | Rui Carita (Universidade da Madeira) |
| José Silva Rosa (Universidade da Beira Interior) | Renato Gonçalves (Universidade de Lisboa) |
| | Sara Marques (Universidade de Évora) |
| | Susana Goulart da Costa (Universidade dos Açores) |

Tânia Bessone (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Teresa Pinheiro (Universidade de Chemnitz)

Valmir Muraro (Universidade Federal de Santa Catarina)

Vânia Chaves (Universidade de Lisboa)

Vitor Serrão (Universidade de Lisboa)

Vitor Silva (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa)

EQUIPA PERMANENTE DE INVESTIGADORES ESPECIALIZADOS

Coordenação Executiva: Joana Balsa de Pinho

Supervisão Linguística: Aida Sampaio Lemos

Coordenação da investigação e da transcrição de fontes:
Joana Balsa de Pinho e Ricardo Ventura

Supervisão da fixação e tradução dos textos latinos:
José Carlos Miranda

| | | |
|---------------------|------------------------------|---------------------|
| André Costa | José Carlos Serpa Bernardino | Paulo Drumond Braga |
| Cristiana Lucas | Lina Oliveira | Renato Pistola |
| Fernando Figueiredo | Luís Pinheiro | Ricardo Pessa |
| Filipe Moreira | Madalena Costa Lima | Sara Abreu |
| Isaías Hipólito | Maria José Figueiredo | Susana Alves |
| João Cambado | Patrícia Monteiro | Vanda Figueiredo |
| João Loureiro | Paula Carreira | |

2. Esta equipa será completada e consolidada através de seleção e formação cuidada com o início oficial dos trabalhos de preparação do projeto após a assinatura do protocolo.

Fernanda Almeida (DMC)

De: dmf.encargosfuturos@cm-lisboa.pt
Enviado: sexta-feira, 1 de março de 2019 12:21
Para: Fernanda Almeida (DMC)
Cc: dmf.encargosfuturos
Assunto: REF nº 237 - Lançamento

Caro(a) colega,

Serve o presente de comprovativo do REF nº 237 relativo ao lançamento de Apoio aos Inst. Europeu Ciência Cultura Padre Manuel Antunes , com o seguinte enquadramento e repartição de encargos:

| Orgânica | Código do Plano | Descrição Plano | Económica | 2020 | 2021 | 2022 | Seguintes |
|----------------------|--------------------|------------------------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 21.00 - D.M. Cultura | D2.P003.06 - 40374 | Projetos de Instituições Culturais | 04.07.01 - Instituições sem Fins Lucrativos | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |

Cpts,

A equipa do DOCG



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2019

Data Lanç.: 01.03.2019

Data Doc.: 01.03.2019

Doc. Origem: PROP /2019

Descrição: Apoio financeiro a INST. E. C. C. PADRE MANUEL ANT

Orgânica: S21.00 DIR. MUN. DE CULTURA

Nº Cabimento: 5319001464

NUP: 619000901

Funcional:

Moeda: EUR

| Económica | Código do Plano | Orçamento Inicial | Refor./Anula. | Orçam. Corrigido | Despesas Pagas | Encar. Assumidos | Saldo Disponível | Desp. Emergente | Saldo Residual |
|-----------|-----------------|-------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| 04.07.01 | D2.P003.06 | 1.637.070,00 | 566.250,00- | 1.070.820,00 | 40.000,00 | 186.900,00 | 843.920,00 | 50.000,00 | 793.920,00 |
| | Totais | 1.637.070,00 | 566.250,00- | 1.070.820,00 | 40.000,00 | 186.900,00 | 843.920,00 | 50.000,00 | 793.920,00 |

Total do Valor Cabimentado 50.000,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimento Seguido Doc. Justificativo

Competência P/ AutORIZAÇÃO

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

| | | | |
|---------|-----|-------------|-----|
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |

Prop. 24/19
Sis.

Data: 01.03.2019

Hora: 15:07:10

Pág: 1 / 1

Uti: FALMEIDA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DAFM
Prop. 221/19
Fis.

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2019

Nº: 422 /2019

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

| | | |
|-------------|------------|--------------|
| Prop. /2019 | 5319001526 | 10 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319001466 | 14 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319002796 | 15 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319002298 | 22 500,00 € |
| Prop. /2019 | 5319000544 | 40 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319001528 | 40 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319001470 | 48 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319001464 | 50 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319002701 | 60 652,00 € |
| Prop. /2019 | 5319002297 | 120 000,00 € |
| Prop. /2019 | 5319002203 | 165 000,00 € |
| Prop. /2019 | Aguarda AO | 175 000,00 € |

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

| | |
|---|--------------|
| Valor a comprometer na orgânica S21.00: | 760 152,00 € |
| Total a comprometer na DFD: | 760 152,00 € |

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 4 de Abril de 2019

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel

Anexo II

Orçamento de Edição – Valores de Referência

Número de páginas por volume: 500 (estimativa média)

Formato: 155x240

Impressão miolo: 1/1 cor

Papel miolo: Coral White 80 grs

Impressão capa: 4/0 cores, plasticizada, c/ badanas

Papel capa: Cromo 240 grs

Acabamento: cosido e colado à lombada

1000 exemplares: 3.860,00€ (+ IVA) por cada volume

2000 exemplares: 6.250,00€ (+ IVA) por cada volume

3000 exemplares: 8.640,00€ (+ IVA) por cada volume

Anexo III

Pontos de contacto das Partes

Município de Lisboa

Direção Municipal de Cultura

Nome:

Cargo:

Telefone:

E-mail:

Município de Oeiras,

Nome:

Cargo:

Telefone:

E-mail:

Fundação Millennium BCP,

Nome

Cargo

Telefone

E-mail:

Fundação Marquês de Pombal,

Nome:

Cargo:

Telefone:

E-mail:

Universidade Aberta,

Nome: José Bernardino

Cargo: Assessor da Direção

Telefone: 934323983

E-mail: jcarlos.bernardino@gmail.com

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes,

Nome: Paula Carreira

Cargo: Vice-Presidente

Telefone: 963126319

E-mail: meninapaulinha@gmail.com



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 26 de abril de 2019, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Proposta n.º 258/2019

(Subscrita pelos Srs. Vereadores Miguel Gaspar e João Paulo Saraiva)

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2018 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os aprovar, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|----------------------|------------------------------|------------|
| | 9 (6PS, 2Ind. e 1BE) | 7 (3CDS/PP, 2PPD/PSD e 2PCP) | 0 |

Proposta n.º 259/2019

(Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques e João Paulo Saraiva)

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2018 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os aprovar, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|----------------------|------------------------------|------------|
| | 9 (6PS, 2Ind. e 1BE) | 7 (4CDS/PP, 1PPD/PSD e 2PCP) | 0 |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 271/2019

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelos Srs. Vereadores do CDS/PP)

Aprovar as bases para a cooperação, no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a respetiva minuta de Protocolo de Cooperação e transferência de verba, bem como submeter à autorização da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção dos encargos plurianuais, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 272/2019

(Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar a atribuição de apoio financeiro à Associação Clube de Criativos de Portugal, bem como a correspondente minuta de contrato-programa, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|--------------------------------|-------------|------------|
| | 13 (6PS, 2Ind., 4CDS/PP e 1BE) | 2 (PPD/PSD) | 2 (PCP) |

Proposta n.º 273/2019

(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar proceder à revisão da análise ao Amianto nas Escolas Básicas e Jardins de Infância de Lisboa, nos termos da proposta;

(Adiada)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da *supra* citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, *Fernando Medina*, Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 26 de abril de 2019

O Presidente
Fernando Medina
Fernando Medina

PROPOSTA 271/2019 - APROVAR AS BASES PARA A COOPERAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E EDIÇÃO DA OBRA COMPLETA DO MARQUÊS DE POMBAL, A RESPETIVA MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE VERBA, BEM COMO SUBMETTER À AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente:- Ora bem, podemos fazer os Pontos 17 e 18. Eu começo, está um memorando da Vereadora Catarina Vaz Pinto, sobre a Proposta 17 mas gostava de dar uma nota adicional sobre a mesma.

Srs. Vereadores, esta Proposta tem origem num contacto que a Câmara recebeu, que eu recebi, através do então Presidente da Fundação Milénio BCP relativamente ao projeto da edição completa das obras do Marquês de Pombal. Foi um projeto que a Fundação do Millennium BCP acarinhou muito, mal teve, no fundo, foi o seu principal promotor, o seu primeiro promotor, que teve por base uma iniciativa da equipa do Professor José Eduardo Franco, que aquando das edições completas do Padre António Vieira, numa edição também completa de toda a sua obra. Foi descoberto no processo de investigação, um conjunto muito grande de obras do Marquês de Pombal, escritos do Marquês de Pombal, que não eram de todo em todo, conhecidos. E, surgiu o projeto de fazer o lançamento destas obras completas do Marquês de Pombal.

O assunto foi colocado à Fundação Millennium BCP, decidiram apoiar desde o início e colocaram a questão à Câmara de Lisboa, como é que nós estaríamos dispostos numa contribuição permitisse viabilizar porque este é um trabalho que se desenvolverá ao longo de muitos anos, é uma equipa de investigação dedicada sobre este tema, e que se não estaríamos dispostos... creio que o orçamento total, não quero cometer nenhum erro, eu admito aliás, é cerca de 1 Milhão de Euros. a para que o orçamento, tal não quer cometer nenhum erro admitiu, aliás, esteja aqui a cerca de 1 milhão de euros ao longo do 1 milhão de euros. E qual seria a disponibilidade da Câmara. Tive eu próprio uma reunião com o Professor José Eduardo Franco, a Vereadora depois teve outras reuniões, tivemos melhor conhecimento do que se tratava, da planificação, de organização, mas entendi que era um que era uma iniciativa meritória e irrelevante para a cidade de Lisboa, podermos ter esta compilação e este este trabalho realizado.

Seguiu-se à nossa sinalização de vontade, também um contacto com a Câmara Municipal de Oeiras e o Presidente da Câmara também desde o início,

manifestou toda a vontade em participar, todo o empenho, e o que ficou acordado, aliás, nas duas Câmaras é que faríamos uma comparticipação de valor semelhante, que permitiria com o apoio da Fundação Millennium BCP, financiar esta primeira fase. O orçamento não está... há depois uma segunda fase, até atingir o total de 1 milhão de euros, que não está, creio eu, é a informação que tenho, não está totalmente estabilizada. Foram depois recolhidas um conjunto adicional de apoios, mas, no fundo, o que está em causa é isto, é dar-se o pontapé de arranque num projeto que vai demorar vários anos e que... e que tem esta centralidade. Mas queria dar esta nota de contexto, como é que isto nasceu, como é que surgiu, e qual foi a questão colocada à Câmara. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:- Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Sr. Presidente começar por dizer que o CDS entende que esta iniciativa promovida pela Fundação e agora aqui numa proposta à Câmara, para ser um dos mecenas, um dos apoiantes desta mesma iniciativa, é algo que a deve ser sublinhado como algo positivo. Importante não só para a cidade, ou neste caso para as cidades, no caso também concreto de Oeiras, há ali uma relação com o Marquês de Pombal, mas eu diria, para o país é importante este tipo de iniciativas e é muito positivo que um município como o município de Lisboa se possa associar.

Agora, tenho aqui duas questões, uma deles tem a ver com o número de emissões que vão existir nesta mesma, ou seja, isto percebe-se que tem vários volumes. Não se percebe, ou pelo menos de leitura que fizemos, não conseguimos perceber cada edição quantos volumes é que tem, mas, era importante perceber, porque o município de Lisboa vai receber vinte e cinco edições da obra, sendo que cada uma delas tem vários volumes, cada uma das vinte e cinco.

O Sr. Presidente:- Trinta e dois.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:- São trinta e dois volumes por edição, por isso, Lisboa vai receber vinte e cinco....

O Sr. Presidente:- Vinte e cinco coleções. A coleção tem trinta e dois volumes, nós receberemos vinte e cinco.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:- Não tenho essa informação Sr. Presidente.

O Sr. Presidente:- Admito que depois possa haver várias edições.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:- A única reserva que nós temos aqui e é uma questão só... uma reserva de pormenor mas que para nós, independentemente das entidades em causa e da respeitabilidade que elas têm, tem a ver com o seguinte, é que este protocolo devia acautelar... porque há aqui uma parte que já está garantida, digamos assim, que é garantida pelo município de Lisboa, pelo município de Oeiras, a própria Fundação, mas, há uma parte que são mecenas que vão ter que ser entre aspas se me permitem, angariados. E nada nos garante que se consiga recolher todo este dinheiro para poder desenvolver esta mesma iniciativa. E, por isso, é que nós entendemos que seria importante acautelar no âmbito do protocolo, que caso não se consiga encontrar aqueles mecenas e caso se der o caso, desta iniciativa por alguma vicissitude, infelizmente, não se concretizar, que este dinheiro tem o retorno ao município. Ou seja, não ter aqui nada que acautele isso, porque o valor que fica de fora dos tais mecenas têm que ser angariados, eu estou em crer que se vai conseguir este dinheiro, mas penso que por uma questão formal, de formalismo, devia o município aqui acautelar a situação de não se conseguir angariar o tal valor remanescente. E, portanto, era a única questão que aqui colocávamos, não deixando de elogiar a iniciativa e a até lhe digo, Sr. Presidente, que colocando essa cláusula o CDS gostaria de se associar a esta mesma iniciativa e a esta proposta que vem aqui à Câmara. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito bem. Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:- Muito obrigada Sr. Presidente. Apenas também para em representação dos Vereadores do PSD, dizer que consideramos uma excelente iniciativa, dá-nos garantias na medida em que a equipa que vai trabalhar este projeto, tanto quanto sei, o Sr. Presidente me informou, é a mesma equipa que trabalhou o espólio de Padre António Vieira, e foi nesse contexto que um conjunto de informação e documentação material relativa ao Marquês de Pombal foi encontrado e com uma dimensão que, segundo a equipa, justifica efetivamente avançar com este projeto. Ora, nós defendemos sempre a defesa do património português e da memória, e neste

caso concreto em relação à cidade de Lisboa, estamos a falar também de património que está maioritariamente ligado à cidade de Lisboa. E por isso, acompanhamos com entusiasmo, este projeto e acreditamos que o resultado vai ser muito positivo. Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente:- Não sei se mais algum Sr. Vereador... Sra. Vereadora Ana Jara.

A Sra. Vereadora Ana Jara:- Nós também acompanhamos a importância e relevância deste projeto para Lisboa. Afirmar Lisboa como cidade global vem logo no início da proposta. Sim, cidade global, é uma designação atual para afirmação de cidades contra cidades e na questão económica e nós julgamos relevante introduzir aqui a questão cultural e, nomeadamente com um personagem que foi marcante para a definição da cidade atual. Isso é relevante e que se estude com essa profundidade, porque também nos parece que há muito mais, se calhar, para dizer e para afirmar nesta questão de cidade global a partir da história da própria cidade e o respeito pelo património, pelo estudo património. E é muito relevante que a Câmara se associe a uma iniciativa de investigação, não só de promoção de eventos culturais, mas de investigação sobre a obra e sobre a própria cidade, é importante. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito obrigado. Respondendo ao Vereador João Gonçalves Pereira, eu vejo difícil a introdução de uma cláusula dessa natureza, porque se trata de um trabalho de investigação e, no fundo, as verbas que faremos no seu fundamental, financiarão a própria estrutura de investigação e, por isso, não creio que haja possibilidade de haver devolução, se houver algum percalço. Agora, a boa notícia é que já, estava a qui a receber a informação, já há mecenas adicionais que estão disponíveis para entrar. Tenho a informação do grupo Jerónimo Martins e da Câmara Municipal de Pombal, que só podem entrar, aliás, depois de nós aprovarmos isto e sermos os fundadores e, por isso, creio que o risco de isto não se realizar é reduzido.

Srs. Vereadores, vamos então votar o Ponto 17 da Ordem de Trabalhos, a Proposta 271/2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 271/2019, a qual foi aprovada por unanimidade.